

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

Sr. Pregoeiro, conforme pregão 02.2021 referente a contratação de empresa especializada em manutenção de aparelhos de refrigeração e climatização. Conforme item 9.10.2, no qual se exige o balanço patrimonial e DRE para que empresas se encaixem nesse quesito.

A lei que se refere nº 8.666 de 1993, Conforme artigo:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Antes, porém, devemos lembrar que nosso porte empresarial é MEI, onde segundo a LCP 123 de 2006:

Art. 18-E. O instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária.

§ 1º A formalização de MEI não tem caráter eminentemente econômico ou fiscal.

§ 2º Todo benefício previsto nesta Lei Complementar aplicável à microempresa estende-se ao MEI sempre que lhe for mais favorável.

§ 4º É vedado impor restrições ao MEI relativamente ao exercício de profissão ou participação em licitações, em função da sua natureza jurídica, inclusive por ocasião da contratação dos serviços previstos no § 1º do art. 18-B desta Lei Complementar.

O art. 18 da LCP demonstra que a criação de porte MEI entrou como incentivo a formalização dos pequenos empreendedores, desburocratizando o processo, simplificando impostos, e gerando renda ao domicílio prestador.

Fica claro a não obrigatoriedade de exercício fiscal mensal para o MEI, obviamente também não ser obrigatório a contratação de profissional de contabilidade para aferição de balanço patrimonial e DRE.

Art. 25. A microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional deverá apresentar anualmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais, que deverá ser disponibilizada aos órgãos de fiscalização tributária e previdenciária, observados prazo e modelo aprovados pelo CGSN e observado o disposto no § 15-A do art. 18.

§ 1º O MEI fará a comprovação da receita bruta mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços na forma estabelecida pelo CGSN, ficando dispensado da emissão do documento fiscal previsto no inciso I do caput, ressalvadas as hipóteses de emissão obrigatória previstas pelo referido Comitê.

Reforçamos que se tratamos de MEI, no qual não se existe obrigatoriedade em tal exigência. Informamos também que conforme Termo de referência e relação de itens, por se tratar de prestação de serviços (não ser produto tangível) inexistente obrigação de demonstração financeira, porém reforçamos o envio de toda documentação conforme nosso porte empresarial, inclusive o fechamento anual no qual o porte MEI se é obrigado.

Ressaltamos também que no presente edital não se apresenta quaisquer tipos de garantia mínima exigida, ou capital social mínimo, ou seja, não se há obrigação de demonstração contábil.

Informamos também que se tratamos de uma empresa de porte MEI totalmente legalizada perante a lei que se exige, com responsável técnico registrado em conselho e também uma empresa com toda sua estruturada localizada na própria cidade onde se encontra a sede do órgão, garantindo assim agilidade e segurança em toda sua prestação de serviço perante ao contratante.

Sr. Pregoeiro, solicitamos então análise jurisprudencial ao TCU ou órgão competente, afim de buscar o cumprimento de tal obrigatoriedade.

**Fechar**